

O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL EM ANÁLISE: O QUE É, SEUS ALCANCES E LIMITAÇÕES

Sandra Gomes
Universidade de São Paulo (USP)
sandreregina.nascimento@gmail.com

Mayara Faustino
Universidade de São Paulo (USP)
mayaracristinafaustino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa instituído pela portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com os governos estaduais e municipais, cujo objetivo principal é garantir que todas as crianças até os 8 anos de idade, matriculadas em escolas públicas, sejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Ao longo dos anos, foram realizadas algumas alterações e/ou complementações à referida portaria que, conseqüentemente, atribuíram novas facetas, finalidades e sentidos a essa política pública educacional.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objeto de estudo o PNAIC, cujo objetivo principal é compreender como tal política foi estruturada, quais foram seus arranjos e efeitos.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi pautada em um breve levantamento bibliográfico dos principais documentos que embasam a referida política pública, como a própria portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que institui o PNAIC, as ações do pacto e define suas diretrizes gerais; o Manual do PNAIC/MEC (2012); bem como produções de autores, como Mainardes (2006), Conde (2012), Baptista e Rezende (2011) – que discutem sobre as características do ciclo de uma política pública –, Luz (2017) – que expõe as principais características do programa – e Schneider, Grosch e Dresch (2020) – que analisam os impactos do PNAIC no cenário educacional brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do presente trabalho, dentro de cada tópico correspondente, procuramos explicitar a compreensão dos sentidos do PNAIC enquanto política pública educacional, atribuindo destaque a pontos considerados cruciais à elaboração e fundamentação de uma política pública, bem como seus objetivos centrais, as formas de implementação e os impactos por ela produzidos. Em um primeiro momento, pode-se compreender que:

O Pnaic está inserido na política educacional em voga implementada na década de 1990 e retomada nos anos 2000 que trata a relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégica para atingir melhores resultados educacionais nas avaliações nacionais [...]. (LUZ, 2017, p. 3).

Ainda de acordo com Luz (2017) as principais referências do PNAIC são programas anteriormente realizados como o Programa pela Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e o Programa Pró-Letramento. Considera-se, assim, que o PNAIC teve sua origem marcada por um programa de eliminação do analfabetismo implementado pelo governo municipal de Sobral, em 2004, no Ceará (PAIC).

Destacamos, também, com base na portaria nº 867/2012, artigo 5º, três importantes objetivos no PNAIC:

I – garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; [...] III – melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) [...]; IV – contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Em vista disso, é possível compreender que o programa tem por finalidade, ainda, promover a formação continuada de professores alfabetizadores, através de encontros de estudos e atividades práticas conduzidas por professores formadores.

No que tange aos impactos previstos ou não pelo programa, Schneider, Grosch e Dreschc (2020) consideram que através das reflexões, práticas e atividades realizadas no PNAIC os professores alfabetizadores são capazes de refletir sobre sua prática em sala, uma vez que:

A formação continuada proporcionou momentos de diálogo, socialização do fazer pedagógico (parte prática) com o ser (profissional que atua em sala de aula). Levou-se em conta que cada professor(a) possui conhecimentos que foram construídos ao longo da sua atuação profissional, os quais foram aperfeiçoados durante a

formação continuada, na qual foi possível compartilhar os certos e desafios encontrados em sala de aula. As socializações das atividades desenvolvidas junto aos alunos, apresentadas nos encontros, contribuíram para a prática pedagógica das professoras que participaram da formação. Percebe-se que os momentos reservados para compartilhar saberes, foram de fundamental importância para evidenciar as metodologias usadas pelas professoras na sala de aula, socializando-se os acontecimentos em torno das estratégias estabelecidas. (SCHNEIDER; GROSCH; DRESCHC, 2020, p. 440).

Mesmo compreendendo a importância do programa e de seus momentos de formação, as autoras não deixam de salientar que a política, no que se refere ao desenho de suas ações gerais, não contou com a participação dos professores alfabetizadores, sendo esse um fator que interfere diretamente na aplicabilidade e usabilidade das atividades propostas. Desse modo, é imprescindível avançar nos estudos sobre as diferentes instâncias e atores participantes no seu desenvolvimento nos diferentes estados, para conhecer as diversas interpretações e concretizações que o PNAIC teve em cada lugar, sobretudo, considerando a pluralidade que agregou em todo o país, através do regime de participação dos diferentes entes federativos.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

Por fim, considerando que nossa pesquisa ainda se encontra em andamento, é factível para este momento indicarmos algumas considerações parciais que serão explicitadas no decorrer do documento. A primeira delas diz respeito à ratificação da importância de uma política voltada para a alfabetização, sobretudo, na qual se contemple o incentivo à formação inicial e continuada do profissional alfabetizador. A segunda consideração é referente à necessidade de romper com as discontinuidades contraproducentes em defesa de políticas de Estado e não apenas de governos. A última consideração, até o presente momento, diz respeito à necessidade da compreensão de tal programa para além de um trivial viabilizador para alcance de metas, entendendo a real primordialidade de se obter mudanças conceituais e significativas, a fim de se superar a produção dos alarmantes níveis de analfabetismo com a participação dos diferentes entes federativos e seus atores educacionais mais relevantes.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. *In*: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2011. p. 138-172. Disponível em: www.ims.uerj.br/ccaps. Acesso em: maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto**: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa – o Brasil do futuro com o começo que ele merece. Brasília, DF, 2012a. Acesso em: maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: mai. 2021.

CONDE, E. S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2, p. 78-100, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32345>. Acesso em: maio 2021.

LUZ, I. C. P. da. O Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa (Pnaic) e a Avaliação Nacional Da Alfabetização (ANA) em análise. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd. 38., 2017, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. p. 1-15. São Luís: ANPEd, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT08_465.pdf. Acesso em: maio 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>. Acesso em: maio 2021.

RAMOS, M. E. N.; LIMA, N. da C. M. Efeitos não previstos de uma política nacional: unforeseen effects on Pnaic implementation. **Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/49794>. Acesso em: maio 2021.

SCHNEIDER, N. M. A. W. A.; GROSCHE, M. S.; DRESCH, J. F. Reflexões sobre o impacto da política pública do PNAIC na formação continuada das professoras alfabetizadoras de Lages-SC. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 107, p. 435-456, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701632>. Acesso em: maio 2021.